

Políticas culturais de Lazer e Esporte nas universidades de Minas Gerais: os casos da CEL/UFLA, CEU/UFMG, DIESU/UFU e DLZ/UFV

Leisure and Sport cultural policies at the federal universities of Minas Gerais: the case of CEL/UFLA, CEU/UFMG, DIESU/UFU and DLZ/UFV

Políticas culturales de Ocio y Deporte en las universidades federales de Minas Gerais: los casos de CEL/UFLA, CEU/UFMG, DIESU/UFU y DLZ/UFV

Brisa de Assis Pereira



Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil
brisadeassis@hotmail.com

Natascha Stephanie Nunes Abade



Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil
natascha_abade@yahoo.com.br

Luciano Pereira da Silva



Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil
lpereira45@hotmail.com.

Resumo: O objetivo do estudo foi compreender em que medida a existência da Coordenadoria de Esporte e Lazer (CEL) da UFLA, do Centro Esportivo Universitário (CEU) da UFMG e da Divisão de Esporte e Lazer Universitário (DIESU) da UFU pode contribuir para o desenvolvimento sistemático de políticas de lazer e esporte nas universidades mineiras. Foi utilizada uma pesquisa documental de caráter exploratório descritivo dos Regimentos, Resoluções e Regulamentos Internos, desenvolvida à luz da proposta teórico

metodológica do Ciclo Político. Destaca-se que estes órgãos apresentaram definições de orientações normativas de alcance, de conteúdo, dos programas, assim como estruturas organizacionais próprias, configurando a existência de uma política institucional destinada ao lazer e ao esporte.

Palavras-chave: Política universitária. Lazer e esporte. Universidades federais mineiras. Ciclo político.

Abstract: The aim of the study was to understand in what way the existence of the Coordination of Sport and Leisure (CEL) at UFLA, the University Sports Center (CEU) at UFMG and the Division of University Sport and Leisure (DIESU) at UFU can contribute to development systematic of leisure and sport policies in Minas Gerais universities. A documentary research of descriptive exploratory character of the Internal Regiments, Resolutions and Regulations was used and developed in the light of the theoretical methodological proposal of the Police Cycle. It is noteworthy that these bodies presented definitions of normative guidelines, scope, content, programs, as well as their own organizational structures configuring the existence of an institutional policy aimed at leisure and sport.

Keyword: University policy. Leisure and sport. Federal universities in Minas Gerais. Police cycle.

Resumen: El objetivo del estudio fue comprender si la existencia de la Coordinación de Deporte y Ocio (CEL/UFLA), el Centro Deportivo Universitario (CEU/UFMG) y la División de Deporte y Ocio Universitario (DIESU/UFU) pueden contribuir al desarrollo sistemático de políticas de ocio y deporte en las universidades de Minas Gerais. Se utilizó una investigación documental de carácter descriptivo exploratorio del Regimientos, Resoluciones y Reglamentos Internos, desarrollado a la luz de la propuesta teórica metodológica del Ciclo Político. Es de destacar que estos órganos presentaron definiciones de lineamientos normativos,

alcances, contenidos, programas, así como sus propias estructuras organizativas configurando la existencia de una política institucional orientada al ocio y al deporte.

Palabras-clave: Política universitaria. Ocio y deporte. Universidades federales de Minas Gerais. Ciclo político.

Submetido em: 2022-01-16

Aceito em: 2022-08-03

Introdução

O presente artigo constitui em parte de uma pesquisa de mestrado, defendida em 2018, que objetivou debater o papel das universidades federais de Minas Gerais na formulação de políticas de lazer e de esporte nos *campi*. A metodologia da pesquisa de mestrado se deu em duas etapas: no primeiro momento, recorreu-se à análise dos Planos de Desenvolvimento Institucional (PDI's), Estatutos, Regimentos Internos e sites oficiais das 11 universidades mineiras, buscando quantificar e organizar em categoria de análises os termos "lazer" e "esporte". O processo de análise dos documentos permitiu identificar, de modo mais específico, onde e quantas vezes o lazer e o esporte ocorreram nos documentos; os órgãos e/ou setores responsáveis por seu fomento/incentivo/desenvolvimento; as principais ações desenvolvidas; os equipamentos existentes; e, ainda, as concepções existentes nos documentos sobre esses fenômenos. O conjunto desses dados representa um apanhado geral das 11 universidades mineiras que foi apresentado na Revista Brasileira de Estudos do Lazer em 2021¹.

Em um segundo momento, para as instituições que apresentaram indícios do desenvolvimento de uma política específica de lazer e esporte mais consolidada, realizou-se busca e análise dos documentos reguladores dos órgãos/setores destinados (dentro das instituições universitárias) a esse fim, com o intuito de melhor compreender suas filosofias, objetivos e formas de funcionamento.

De forma geral, os documentos indicaram que todas as instituições investigadas referenciaram o lazer e o esporte em pelo menos um de seus documentos, a partir de diferentes conceitos e objetivos e que, na dinâmica de grande parte das universidades mineiras, o lazer e o esporte longe de comporem a filosofia institucional, desenvolveram-se em diversas instâncias organizativas sem o fortalecimento do debate sobre estes como direitos e sobre suas relações com as demais esferas sociais e formativas.

¹ DE ASSIS PEREIRA, B.; SILVA, L. P. Análise das políticas de lazer e esporte nas universidades públicas federais de Minas Gerais a partir dos documentos norteadores. *Revista Brasileira de Estudos do Lazer*. Belo Horizonte, v. 8, n. 1, p. 67-87, jan./abr., 2021.

Para a maioria das universidades o lazer e o esporte foram concebidos como estratégia de promoção à saúde e à qualidade de vida da comunidade acadêmica; estratégia assistencial (permanência dos estudantes na instituição ou como minimização das dificuldades e conflitos enfrentados); e enquanto possibilidade de interação social e troca de experiências. Desta forma, esteve por vezes atrelado às políticas de Extensão Universitária, de Assistência Estudantil e de Infraestrutura. Cabe destaque que, ainda que possam contribuir com todos esses fatores, é necessário que o lazer e o esporte sejam compreendidos como “necessidade social específica e não como subsidiário de outras” (MENICUCCI, 2006, p. 155).

Poucas foram as universidades que indicaram uma concepção ampliada sobre o lazer e o esporte, compreendendo-os como direito social, como constituintes do processo formativo ou do bem-estar social. Não coincidentemente, foram as mesmas universidades que indicaram possuir órgãos específicos responsáveis pelo desenvolvimento das políticas de lazer e esporte, informando suas fontes de financiamento, suas diretrizes, mecanismos e objetivos.

De todas as 11 universidades federais mineiras, apenas a Universidade Federal de Lavras (UFLA), a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), a Universidade Federal de Uberlândia (UFU) e a Universidade Federal de Viçosa (UFV) aparentam desenvolver, dentro de uma política cultural mais ampla, o lazer e o esporte de forma mais sistemática, indicando, em seus documentos estruturantes, possuir um órgão específico destinado à promoção destas políticas. Com o objetivo de melhor compreender em que medida a existência desses órgãos podem contribuir para o desenvolvimento sistemático das políticas de esporte e lazer, foi realizada uma busca para análise dos Regimentos, Resoluções e Regulamentos Internos dos órgãos indicados pelas quatro instituições.

O presente artigo trata, especificamente, sobre os dados obtidos acerca das quatro universidades mencionadas acima. Foram acessados os dados da Coordenadoria de Esporte e Lazer (CEL) da UFLA, do Centro Esportivo Universitário (CEU) da UFMG, da Divisão de Esporte e Lazer Universitário (DIESU) da UFU e da

Divisão de Esportes e Lazer (DLZ) da UFV que foram organizados em três partes, além desta introdução. A primeira apresenta o percurso metodológico e os construtos teóricos que permearam a análise investigativa. A segunda apresenta os resultados quanto a filosofia, objetivos e funcionamento desses órgãos em diálogo com a literatura. E a terceira reúne os principais achados da pesquisa, sua contribuição para a área e algumas possibilidades de avanços futuros.

Percursos Metodológicos

A pesquisa documental, de caráter exploratório-descritivo (AMARAL; GOMES, 2005), foi desenvolvida à luz da proposta teórico-metodológica do Modelo Sequencial, ou Ciclo Político (*Policy Cycle*), proposto por Lasswell (1956). Com caráter didático e analítico, o modelo deve ser utilizado a partir da noção de que é apenas uma representação simplificada da realidade, um facilitador analítico do processo político, “uma vez que na política real ou efetiva, muitas vezes os passos se sobrepõem ou se confundem” (STAREPRAVO; SOUZA; JUNIOR, 2011, p. 247).

A literatura adotou como usual a análise baseada em cinco fases sucessivas, interligadas e dinâmicas. Estas cinco fases do Ciclo Político foram utilizadas como referência para análise dos documentos coletados: 1) definição do problema; 2) conformação da agenda; 3) formulação, elaboração de programas e decisão; 4) implementação e; 5) avaliação e eventual correção (MENY; THOENIG, 1992; FREY, 2000; ROTH, 2002; STAREPRAVO; SOUZA; JUNIOR, 2011).

Os Regimentos, as Resoluções e os Regulamentos Internos configuraram as fontes documentais primárias e foram coletados nos sites oficiais das quatro universidades que indicaram a existência de órgãos específicos responsáveis pelo desenvolvimento das políticas de lazer e de esporte. Cada universidade apresentou um documento diferente, conforme exposto no Quadro 1.

Utilizou-se como estratégia para análise documental os pressupostos teóricos da análise de conteúdo de Laville e Dionne (1999). Os documentos foram lidos na íntegra e categorizados a partir das unidades de texto que se repetiram. Optou-se por utilizar o modelo de categorização aberto (LAVILLE; DIONNE, 1999, p. 219), em que as categorias analíticas foram criadas a partir do discurso manifesto pelos documentos e continham aproximações com os termos: “lazer/esporte”, “objetivo/programa/projeto”, “público-alvo”, “estrutura física/humana”, “fonte de recurso/financiamento” e “avaliação/monitoramento”.

Os trechos destacados permitiram compreender os significados atribuídos pelos documentos acerca do lazer e do esporte e identificar: a incorporação dos mesmos nas pautas políticas institucionais; os métodos, os programas, as estratégias e os objetivos estabelecidos; os recursos institucionais, humanos, financeiros e a estrutura física existente; e, por fim, os processos de acompanhamento e avaliação dos programas.

QUADRO 1 - Relação de documentos analisados por Órgão responsável pelas políticas de esporte e lazer

ÓRGÃO RESPONSÁVEL	INSTITUIÇÃO	DOCUMENTOS
Coordenadoria de Esporte e Lazer (CEL)	UFLA	Regulamento Interno
Centro Esportivo Universitário (CEU)	UFMG	Regulamento Interno
Divisão de Esporte e Lazer Universitário (DIESU)	UFU	Resolução de Implementação da Pró-Reitoria de Assistência Estudantil (PROAE)
Divisão de Esportes e Lazer (DLZ)	UFV	Não foi possível acesso aos documentos internos do órgão.

Fonte: Elaboração própria.

A CEL/UFLA e o CEU/UFMG disponibilizaram para consulta seus Regulamentos Internos, entretanto, estes apresentaram grandes diferenças em relação a seus conteúdos. Enquanto o Regulamento da CEL/UFLA continha os objetivos, princípios, finalidade, estrutu-

ra física e de pessoal, entre outras informações, o Regulamento do CEU/UFMG apresentou apenas informações quanto a seus objetivos e finalidades, sendo o restante do documento voltado para as normas internas de utilização do local.

Já a DIESU/UFU disponibilizou a Resolução de Implementação da Pró-Reitoria de Assistência Estudantil (PROAE), que continha apenas um artigo destinado especificamente à Divisão e suas competências. E a DLZ/UVF não disponibilizou nenhum documento, sendo necessário contato (via e-mail e telefone) com o órgão e com a Pró-Reitoria a qual está vinculado, que informaram que os Regimentos que possuem ainda são esboços não aprovados pelo Conselho Universitário e, por isso, não disponíveis para consulta. Assim, as poucas informações obtidas desse órgão foram recolhidas exclusivamente no site oficial da universidade. O recurso de consulta aos sites oficiais foi utilizado para obter mais informações sobre os outros três órgãos destinados às políticas de lazer e esporte (CEL/UFLA, CEU/UFMG e DIESU/UFU).

Resultados e Discussão

1 Fases de definição do problema, conformação da agenda, elaboração de programas e decisão

As fases “1) Definição do problema” e “2) Conformação da agenda”, são relativas ao processo de emergência das políticas públicas (ARAÚJO; RODRIGUES, 2017). Enquanto a primeira fase envolve o diagnóstico do problema e sua percepção como um problema político - emergido das demandas de um grupo ou da percepção da administração pública -, a segunda fase envolve a tomada de decisão, ou seja, se o tema será inserido na pauta política, excluído ou adiado. Nas palavras de Secchi (2014, p. 36), a agenda pode ser construída a partir de um “conjunto de problemas ou temas que a comunidade política percebe como merecedor de intervenção

pública”, ou ainda, de forma institucional “aquela que elenca os problemas ou temas que o poder público já decidiu enfrentar”.

O discurso presente nos documentos das quatro instituições que indicaram possuir um órgão específico - UFLA, UFMG, UFU e UFV - evidenciou que o lazer e o esporte foram incorporados como um dos interesses institucionais, refletindo, assim, seu espaço no projeto almejado de universidade e incorporando pautas políticas.

Para estas instituições o lazer e o esporte contribuem para o cumprimento da filosofia institucional a que se propõem, constituindo-se como parte integrante das ações educativas que desenvolvem e compõem, ainda, a promoção da cidadania e a defesa dos direitos constitucionais, devendo ser universalizados e assegurados à comunidade acadêmica e às comunidades as quais as universidades estão inseridas.

Não espera-se que, frente aos limites internos e burocráticos da atuação das universidades, elas possam, por si só, atenderem a todas as demandas sociais existentes na área do lazer e do esporte. Entretanto, cabe indagar o que constitui a responsabilidade destas instituições e quais medidas são tomadas para a efetivação destes direitos. Sabe-se que o lazer e o esporte são definidos na Constituição Federal de 1988 como direitos fundamentais, mas diferentemente de outros direitos, não foram definidos princípios, diretrizes, objetivos, mecanismos e regras que orientem sua concretização (MENICUCCI, 2006).

Estas imprecisões são fatores que abrem margem para interpretações variadas do que significa a efetivação de uma política de lazer e esporte. Da mesma forma que as leis são fluidas, os documentos das universidades também são; assim, é necessário que a oferta por parte destas instituições no plano cultural adapte-se às necessidades da comunidade e, sobretudo, qualifique-se, por meio do oferecimento de uma política sistematizada que incida no alargamento das experiências vividas. Além disso, é importante um consenso mínimo em relação a estas questões para que se

estabeleçam orientações normativas, bem como uma estrutura organizacional adequada.

Ao considerar esses dois direitos constitucionais de forma ampliada, as quatro universidades em questão compreendem que seu papel é o de criar meios para educar pelo e para o lazer, através do alargamento do repertório de opções no campo das experiências. Contudo, as universidades devem atentar para que a inserção do lazer e do esporte nas pautas ocorra incorporado à dinâmica universitária e não de forma circunstancial e com a predileção de uma área em detrimento de outra.

A CEL/UFLA identifica o lazer e o esporte como direitos de cada um, dever do Estado e responsabilidade das IES, compelindo a estas sua universalização e inclusão social. De forma similar, o CEU/UFGM considera que compete ao poder público incentivar o lazer como forma de promoção social, de acordo com o artigo 6º CF/88. Desta maneira, o fato de tais universidades se responsabilizarem em relação à garantia do acesso pela comunidade a esse direito representa passo primordial para a inserção deste na agenda política e, sobretudo, para a democratização cultural através da promoção de espaços/tempos de vivências de lazer.

Ainda na primeira e segunda fase, foi possível perceber o intuito de “diagnosticar as demandas” da comunidade acadêmica para a elaboração de atividades, programas e projetos e “traçar o perfil do público-alvo”. Essas ferramentas estratégicas auxiliam na definição e inserção de um problema na pauta institucional, conferindo relevância e legitimidade à política idealizada.

Enquanto as primeiras fases são fundamentais na definição da racionalidade da política, é no momento da formulação que ela se materializa. A inserção de um problema na agenda de governo não implica, necessariamente, na elaboração de uma política para solucioná-lo, fato que só ocorre a partir de sua formulação (MENY; THOENIG, 1992). Dessa maneira, a fase “3) Elaboração de programas e decisão” refere-se à forma de ação e envolve tanto a opção técnica e metodológica das políticas quanto o desenho

dos objetivos e das estratégias de solução do problema (ARAÚJO, RODRIGUES, 2017; FREY, 2000). Ou seja, é o momento em que são elaborados métodos, programas, estratégias ou ações para o alcance dos objetivos estabelecidos (SECCHI, 2014).

Nesse cenário, foi possível identificar nos Regimentos e Regulamentos Internos os objetivos e finalidades de cada um dos órgãos:

QUADRO 2 - Objetivos gerais dos órgãos responsáveis pelas políticas de lazer e esporte

<p>CEL/UFLA</p>	<p>Objetivos: <u>proporcionar as práticas</u> de atividades físicas, esportivas e de lazer, envolvendo todas as faixas etárias e as pessoas com deficiência da comunidade universitária, <u>promovendo a saúde e bem-estar</u>, favorecendo a <u>socialização</u> e contribuindo para que o esporte e o lazer sejam tratados como <u>direito de todos</u>.</p> <p>Finalidades: <u>promover a prática</u> de atividades físicas, esportivas e de lazer na UFLA para: I. Fomentar a prática do <u>esporte de caráter educativo e participativo</u>, fortalecer a <u>identidade cultural esportiva</u> e ações integradas com outros segmentos da IES; II. Incentivar o desenvolvimento de <u>talentos esportivos</u> em potencial e aprimorar o desempenho de atletas e paratletas de <u>alto rendimento</u> (UFLA, REGULAMENTO INTERNO CEL, p. 02, grifos nossos).</p>
<p>CEU/UFMG</p>	<p>Objetivos: a) <u>Servir</u> à Universidade para <u>fins didáticos culturais de lazer</u> compatíveis com sua capacidade de atendimento; b) <u>Servir</u> à Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional e a outras Unidades <u>como órgão de apoio</u> ao ensino, pesquisa e extensão; c) <u>Servir</u> à comunidade como <u>núcleo de orientação, aplicação e renovação de métodos e técnicas</u> relacionadas com as atividades físicas e esportivas; d) <u>Propor uma política</u> de esporte, lazer, atividade física e saúde para a comunidade da Universidade Federal de Minas Gerais, a ser aprovada por Órgãos de deliberação superiores.</p> <p>Finalidade: destina-se a <u>propiciar a realização de programas</u> de atividades físicas, didáticas, esportivas, culturais e de lazer (UFMG, REGULAMENTO INTERNO CEU, p. 01, grifos nossos).</p>
<p>DIESU/UFU</p>	<p>Objetivos: <u>implementar programas, projetos e ações</u> para viabilizar a prática de <u>atividades educacionais esportivas, socioculturais e de lazer</u>, bem como <u>ações de prevenção, promoção e cuidados à saúde</u>.</p> <p>Finalidade: <u>Coordenar</u> o esporte e lazer universitário (UFU, RESOLUÇÃO Nº 06/2016, DO CONSELHO UNIVERSITÁRIO - DIESU, p. 10, grifos nossos).</p>
<p>DLZ/UFLA</p>	<p>Objetivos: <u>gerir, organizar, incentivar e apoiar</u> o desenvolvimento das <u>atividades físicas, esportivas e de lazer</u>, visando atender, prioritariamente, aos seus três segmentos: docentes, servidores técnico-administrativos e discentes (SITE UFLA, Disponível em: http://www.novoscursos.ufv.br/proreitorias/pcd/www/?page_id=86. Acesso em: 21 mar. 2018. (grifos nossos).</p>

Fonte: Elaboração própria.

Como debatido anteriormente, os objetivos e finalidades explicitam o planejamento estratégico de uma instituição, servindo como orientadores das ações institucionais. No caso das políticas de lazer e esporte, os referidos órgãos se constituem como proponentes diretos destas ações por meio da promoção, gestão e implementação de políticas, as quais, estando bem definidas, dão espaço ao estabelecimento do plano de trabalho e metas, bem como a regulamentação e a definição das funções para os diferentes setores.

Vale destacar que, em alguns casos, como revela o Quadro 2, existe demasiada influência das atividades físico-esportivas nas proposições dos órgãos, indicando que estas têm maior apelo do que as demais manifestações culturais do lazer². Percebe-se que lazer e o esporte ficam atrelados a um discurso da saúde e do bem-estar, algo que de certa forma é relacionado ao longo do séc. XX, a “um viés fisiológico (no qual as atividades físicas desempenhavam um papel central), ou sob uma perspectiva moralizadora, a busca pela ‘saúde da sociedade’, cuja ênfase se dava na manutenção da ordem social” (PERES; MELO, 2009, p. 67). Estudos sobre a relação do campo da saúde com diferentes áreas vêm crescendo cada vez mais, não somente no sentido de cura de doenças, mas também na prática de atividades físicas, exercícios, esporte e lazer como alternativas favoráveis à melhoria das condições de saúde (MACHADO, 2007).

Nesse sentido, é importante enfatizar que não se deve considerar apenas a aproximação comumente feita entre lazer e atividade física. Carvalho e Freitas (2006) afirmam que os benefícios ou as influências que as práticas corporais podem trazer para os sujeitos vão além daqueles restritos somente aos aspectos fisiológicos ou à prevenção de doenças. Aspectos relacionados ao prazer, aos desafios, à reflexão, também podem estar relacionados a benefícios à saúde. Esses benefícios podem ser definidos como determinantes sociais da saúde, sendo nomeados como fatores

² Os interesses culturais do lazer (DUMAZEDIER, 1980, CAMARGO, 1992, SCHWARTZ, 2003) são classificados como: físico-esportivo, artístico, manual, turístico, intelectual, social e virtual.

sociais, econômicos, culturais, étnicos/raciais, psicológicos e comportamentais que influenciam a ocorrência de problemas de saúde e seus fatores de risco na população.

2 Fase de implementação, avaliação e correção

A fase “4) Implementação”, é relativa aos processos de provimento dos recursos institucionais, organizacionais, burocráticos, humanos e financeiros para a concretização das políticas (ARAÚJO; RODRIGUES, 2017). Envolve a análise da qualidade material e técnica de projetos e programas, as estruturas político-administrativas e a atuação dos agentes envolvidos (FREY, 2000). Assim, foi possível identificar nos documentos indícios referentes à estrutura física, organizativa e de pessoal, bem como as fontes de recursos e possíveis parcerias, os projetos desenvolvidos, o público-alvo e as formas de divulgação.

Quanto à infraestrutura física, a CEL/UFLA informou gerir o Centro de Integração Universitária (CIUNI) e a DIESU/UFU dois Centros Esportivos Universitários (CEU's) - todos eles clubes sociais da comunidade acadêmica e duas academias universitárias. Na UFMG, o próprio órgão que desenvolve o lazer e o esporte universitário se configura também como um equipamento, um clube social, CEU/UFMG. Os equipamentos em questão possuem piscinas, quadras poliesportivas, campo de futebol (campo de grama), quadra de peteca, quadra de tênis etc. Ou seja, os três órgãos são providos de infraestrutura própria para a realização de atividades.

De acordo com Bramante e Pina (2016, p. 08), uma interpretação equivocada da utilização dos espaços para o esporte e o lazer é considerar que eles podem funcionar sem qualquer forma de gestão: “basta colocar o espaço à disposição das pessoas que tudo estará equacionado e resolvido”. Sendo assim, segundo os autores, existe uma série de procedimentos de gestão, comuns aos espaços específicos, não específicos e aos espaços naturais de uso aparentemente espontâneo (no caso das universidades,

as áreas verdes, praças, bosques etc.), que vão desde o planejamento e construção ou organização do espaço, até a definição de uma “política de animação” (MARCELLINO, 1996, p. 32), como por exemplo: estruturação dos recursos humanos, materiais e financeiros necessários para administrar e animar os espaços; elaboração da programação das atividades, programas, projetos, eventos; divulgação à população atendida; e a execução das atividades (BRAMANTE; PINA, 2016).

Com relação à organização administrativa, estes órgãos ou são vinculados à Reitoria diretamente, como no caso do CEU/UFMG, ou são vinculados à Pró-Reitoria de Assistência Estudantil, como no caso da CEL/UFLA, da DIESU/UFU e da DLZ/UFV, evidenciando que a maioria atua sob a égide da assistência estudantil. Esta relação pode estar atrelada aos indicativos presentes na atual política de assistência estudantil (RIBEIRO, 2012, p. 75) a qual estipula, dentre outras, a cultura e o esporte como áreas de atuação.

Do ponto de vista gerencial, a vinculação das políticas de lazer e esporte a outras instâncias organizativas, no caso às Pró-Reitorias de Assistência Estudantil, representa um dos caminhos possíveis de implementação das ações. Entretanto, submeter o lazer e o esporte unicamente à assistência estudantil, como fazem a UFLA, a UFU e a UFV, implica em compreendê-los dentre um conjunto de medidas que concorrem entre si por espaços e investimentos.

O Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) é executado por meio do Fundo para Assistência Estudantil, composto pelo equivalente a 10% do orçamento anual (excluída a rubrica de pessoal) que as universidades recebem do Tesouro Nacional. Porém, de acordo com o Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE, 2012), existe uma insuficiência de recursos destinados pelo Ministério da Educação (MEC) à assistência estudantil; o valor repassado pelo governo no ano de 2012 foi três vezes menor do que o valor necessário (BRASIL, DECRETO-LEI Nº 7.234, 2010).

O repasse governamental via PNAES prevê dez áreas de aplicação de recursos para os assistidos (aqueles com renda per capita de até 1,5 salário mínimo), entretanto não determina uma rubrica específica destinada a cada uma delas, o que é decidido por cada universidade. Neste cenário, o lazer e o esporte, apenas sob a égide da assistência estudantil, disputam recursos com outras ações muitas vezes vistas como mais importantes.

Por outro lado, o CEU/UFMG, enquanto Órgão Suplementar, vinculado diretamente à Reitoria, possui repasse direto da universidade para o desenvolvimento de suas políticas (exclusivamente de lazer e esporte) e ainda possui receita própria (semestralidade e outros), sem depender da verba do PNAES.

Sobre as fontes de recursos e parcerias, a CEL/UFLA informou desenvolver ações visando a “captação de recursos”, “apoio e patrocínios” para a realização de atividades, eventos e programas de esporte e lazer. E o CEU/UFMG informou os meios para “manutenção e ampliação” do seu patrimônio através de “pagamentos, contribuições e doações dos órgãos das atividades realizadas”.

Em relação à estrutura de pessoal, só obteve-se informação a respeito de dois órgãos: a CEL/UFLA que possui uma Diretoria e uma Equipe de Apoio, composta por uma Secretaria Administrativa, um Centro de Extensão, uma Seção de Informática e uma Seção de Logística Interna; e a DLZ/UFV que possui um Chefe de Divisão e uma equipe de Apoio Administrativo. Destaca-se ainda que emergiu entre estes órgãos a necessidade de capacitação e aprimoramento profissional de seus servidores.

Como parceiros internos para o desenvolvimento de suas ações e projetos, a CEL/UFLA, o CEU/UFMG e a DIESU/UFU destacaram as Associações Atléticas, as Agremiações Estudantis, as Unidades Acadêmicas, as Pró-Reitorias e os Centros de Ensino, Pesquisa e Extensão. E, como parceiros externos, mencionaram a sociedade de uma forma geral e os órgãos destinados às áreas específicas de lazer e esporte.

Quanto aos projetos e ações desenvolvidos, foi possível identificar uma significativa variedade: a CEL/UFLA destacou o “UFLA em Movimento” que visa a melhoria da qualidade de vida de servidores e estudantes, por meio do desenvolvimento de ginástica localizada, voleibol, caminhada, corrida, natação, futebol e hidroginástica.

O CEU/UFMG destacou três projetos: 1) “Projeto de Qualidade de Vida no Trabalho - Ginástica no CEU”, destinado aos servidores da UFMG, o qual desenvolve caminhada/corrída orientada, ginástica localizada, alongamento, hidroginástica e dança de salão; 2) “Projeto Universitário”, destinado à concessão de 3.000 (três mil) vagas para alunos de outras faculdades, visando incentivar a prática de atividades físicas, esportivas e de lazer; e, 3) “Projeto Conviver”, destinado ao círculo familiar restrito dos associados (cônjuge e filhos com limitação de idade), visando favorecer a formação e manutenção das redes sociais de convivências familiares e extrafamiliares por meio de atividades recreativas e esportivas.

A DIESU/UFU, por sua vez, destacou o desenvolvimento de diversas “Modalidades esportivas” citando: atletismo, badminton, beisebol, corrida, desafio de baterias, futebol society, judô, natação, percussão, peteca, práticas dançantes, rúgbi, softball, cheerleaders, xadrez etc.; “Equipes de Treinamento Esportivo”, as quais preparam os atletas da UFU para participarem das competições do calendário esportivo universitário; o projeto “Dançando na UFU”, que oferta aulas de dança de salão com intuito de integração social e melhoria na qualidade de vida para toda comunidade universitária; os “Eventos” como o “Campeonato de Futebol Society – Servidores UFU” e o “Campeonato Society Universitário”, a “Taça Universitária de Natação”, o “Circuito de corridas UFU”, as “Olimpíadas Universitárias”, o “Ciclo de Palestras e Oficinas Artísticas e Esportivas”; e, por fim, destacou o empréstimo de materiais esportivos para as AAA's.

Ao analisar as atividades realizadas, percebe-se como a construção dos objetivos de uma política são determinantes. Como debatido anteriormente, o predomínio do discurso esportivo e da saúde foram predominantes, e isso possui um impacto dire-

to na construção das atividades implementadas, uma vez que a maioria delas são relacionadas a qualidade de vida, atividade física, atividades esportivas, competições e equipamentos de lazer. Ou seja, não há uma política de animação cultural nos espaços de lazer e esporte.

Requixa (1980) aponta que as diretrizes de uma política de lazer não podem restringir-se a uma política de atividades, devendo envolver, também, questões relativas à formação e à capacitação de quadros para atuação, nesses espaços e equipamentos. A animação cultural diz respeito “às possibilidades de intervenção pedagógica nos momentos de lazer” (MELO, 2004, p. 12). Pensando nisso, em nenhum documento analisado foi encontrada essa política de animação das atividades desenvolvidas.

Quanto ao público-alvo, apenas o CEU/UFMG informou entender suas ações para a comunidade externa, uma vez que os demais órgãos são voltados à comunidade acadêmica (alunos e servidores). Em relação à divulgação das ações, apenas a CEL/UFLA informou divulgar para a comunidade universitária suas ações.

A análise da fase de implementação da política, mediante seus órgãos e mecanismos, possibilita visualizar, no espaço administrativo, os processos racionalizados aos procedimentos e rotinas (SERAFIM; DIAS, 2012). Nesse sentido, dependendo do grau de detalhamento na formulação da política, pode haver certa descrição exacerbada por parte dos implementadores, a fim de adequar a política à realidade.

Por fim, a fase “5) Avaliação e correção”, diz respeito ao conjunto de ações que pretendem transformar as intenções em resultados observáveis (MENY; THOENIG, 1992). Ou seja, envolve os processos de acompanhamento e avaliação dos programas e metas de ação, com o objetivo de aferir seus efeitos e impactos (ARAÚJO; RODRIGUES, 2017), podendo ocorrer durante seu funcionamento ou após sua finalização (FREY, 2000).

Assim, foi possível identificar nos Regimentos e Regulamentos Internos, a preocupação da CEL/UFLA, do CEU/UFMG e da DIESU/

UFU com a “elaboração de relatórios específicos” (CEL/UFLA), com a busca por “indicadores que fundamentem a implementação de suas políticas” (DIESU/UFU) e também com o “desenvolvimento de pesquisas nas áreas de esporte e lazer” (CEU/UFMG). Entretanto, não se obteve acesso aos relatórios mencionados.

Conclusão

A CEL/UFLA, o CEU/UFMG e a DIESU/UFU, apresentaram definições de orientações normativas, de alcance, de conteúdo e dos programas que constituem suas políticas de lazer e esporte, assim como estruturas organizacionais próprias. De acordo com Marcellino (2006), uma política pública de esporte e lazer deve prever financiamento, espaços/equipamentos, animação sociocultural e divulgação. Assim, a partir da análise documental, à luz das especificidades dos ciclos políticos, foi possível identificar indícios de que estes órgãos desenvolvem, efetivamente, em suas respectivas universidades, uma política institucional destinada ao lazer e ao esporte.

O fato de as universidades que possuem compreensão ampliada dos fenômenos do lazer e do esporte serem as mesmas que possuem um órgão específico destinado ao desenvolvimento dessas manifestações culturais e, desta forma, serem as mais propositivas em suas políticas institucionais (indicando objetivos, ações e metas), traz subsídios para inferir que a existência de órgãos específicos destinados ao lazer e ao esporte se configura como elemento significativo para que existam possibilidades concretas de que estas políticas sejam implementadas.

Os dados documentais permitiram influir que estes órgãos - ao estabelecerem um canal de troca com a comunidade acadêmica e comunidade externa por meio do diagnóstico das demandas e avaliação das ações implementadas; ao firmarem parcerias conjuntas com as demais instâncias administrativas universitárias; e, ao voltarem suas ações também ao ensino, à pesquisa e à extensão - estabelecem espaços compartilhados de articulação de

interesses, de saberes e de atores favorecendo a efetivação e legitimidade de suas políticas.

Outras possibilidades para o desenvolvimento de pesquisas futuras são: a ampliação do olhar para além da “gestão administrativa”, contemplando a recepção e a apreciação dos sujeitos a quem as políticas são destinadas; ou ainda o desenvolvimento de uma pesquisa mais verticalizada, estudando mais profundamente um grupo (ou apenas uma universidade), podendo aumentar o recorte temporal e envolver mais de um ciclo de gestão e vigência dos PDI's.

Referências

AMARAL, M. T. M. GOMES, C. L. **Metodologia da pesquisa aplicada ao lazer** – SESI/DN, Brasília, 2005.

ARAÚJO, L. RODRIGUES, M. de L. Modelos de Análise das Políticas Públicas. **Sociologia, problemas e práticas**. [S.l.], n. 83, 2017, p. 11-35. Disponível em: <http://journals.openedition.org/spp/2662>. Acesso em: 31 ago. 2022.

BRAMANTE, A. C. PINA, L. W. Formação em programas sociais: PELC e Vida Saudável. Educação à Distância – EaD. **Ministério do Esporte**. Brasília, DF, Universidade Federal de Minas Gerais. 2016.

BRASIL, Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**, 1988. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL, **Decreto-Lei nº 7.234**, de 19 de julho de 2010. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 20 de julho de 2010.

CAMARGO, L. O. L. **O que é lazer?** São Paulo: Brasiliense, 1992.

CARVALHO, Y. M; FREITAS, F. F. Atividade física, saúde e comunidade. **Cadernos Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 3, p. 489-506, 2006.

DUMAZEDIER, J. **Valores e conteúdos culturais do lazer**. São Paulo: Perspectiva, 1980.

FONAPRACE, Fórum Nacional de Pró-reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis. **Revista Comemorativa 25 Anos: histórias, memórias e múltiplos olhares** / Organizado pelo Fórum Nacional de Pró-reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis, coordenação, ANDIFES. – UFU, Uberlândia, PROEX: 2012.

FREY, K. Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. *In: Planejamento e Políticas Públicas*. Brasília, n. 21, p. 211-259, jun. 2000.

LASSWELL, H. D. **The Decision Process**. Seven Categories of Functional Analysis, College Park, USA, MD, University of Maryland Press, 1956.

LAVILLE, C.; DIONNE, J. **A construção do saber**: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas. Porto Alegre: Artmed; Belo Horizonte: UFMG, 1999, p. 214.

MACHADO, D. O. A educação física bate à porta: o Programa de Saúde da Família (PSF) e o acesso à saúde coletiva. *In: FRAGA, A. B.; WACHS, F. (Org.) Educação Física e Saúde Coletiva: políticas de formação e perspectivas de intervenção*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.

MARCELLINO, N. C. **Estudos do Lazer**: uma introdução. Campinas, SP: Autores Associados, 1996.

MARCELLINO, N. C. O Lazer e o Espaço da Cidade. *In: ISAYAMA, H.; LINHALES, Meily Assbú (Org.) Sobre Lazer e Política: Maneiras*

de Ver, Maneiras de Fazer. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006. p.65-92.

MELO, V. A. Animação Cultural. *In*: GOMES, C. L. (Org.). **Dicionário crítico do lazer**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004. p. 12-15.

MENICUCCI, T. Políticas públicas de lazer: questões analíticas e desafios políticos. *In*: ISAYAMA, Hélder Ferreira; LINHALES, Meily Assbú (Org.). **Sobre lazer e política**: maneiras de ver, maneiras de fazer. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2006, p. 136-163.

MENY, I.; THOENIG, J.-C. **Las políticas públicas**. Barcelona: Ariel, 1992.

PERES, F. de F.; MELO, V. A. Encontros e Desencontros: lazer, promoção da saúde e espaços públicos. *In*: FRAGA, Alex B.; MAZO, Janice Z.; STIGGER Marco P.; GOELLNER, S. V. **Políticas de lazer e saúde em espaços urbanos**. Porto Alegre: Gênese, 2009.

REQUIXA, R. **Sugestões de diretrizes para uma política nacional de lazer**. São Paulo: SESC, 1980.

RIBEIRO, G. M. **Políticas de esporte e lazer**: o papel da universidade em questão. Pelotas: UFPel: ESEF, 2012.

ROTH A. **Políticas públicas**: formulación, implementación y evaluación. Bogotá: Aurora, 2002.

SCHWARTZ, G. M. **O conteúdo virtual do lazer**: contemporizando Dumazedier. *Licere*, Belo Horizonte, v. 6, n. 2, 2003.

SECCHI, L. **Políticas Públicas**: Conceitos, Esquemas de Análise, Casos Práticos. São Paulo: Cengage Learning, 2011. 133p.

SERAFIM, M. P. DIAS, R. de B. Análise de política: uma revisão da literatura. **Cadernos Gestão Social**, Salvador, v. 3, n. 1, p. 121-134, jan./jun. 2012. Disponível em: <http://www.periodicos.adm.ufba.br/index.php/cgs/article/download/213/147>. Acesso em: 27 jun. 2018.

STAREPRAVO, F. A.; SOUZA, J. de; MARCHI JUNIOR, W. Políticas Públicas de Esporte e Lazer no Brasil: uma proposta teórico-metodológica de análise. **Movimento**, Porto Alegre, v. 17, n. 03, p. 233-251, jul./set. de 2011.

UFLA, Universidade Federal de Lavras. **Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2016-2010** / Universidade Federal de Lavras. Lavras, 2016, 255 p.

UFLA, Universidade Federal de Lavras. **Regulamento Coordenadoria de Esportes e Lazer – CEL 2016-2020** / Universidade Federal de Lavras. Lavras, 2016.

UFMG, Universidade Federal de Minas Gerais. **Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2013-2017** / Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2013, 191 p.

UFMG, Universidade Federal de Minas Gerais. **Regulamento Interno do Centro Esportivo Universitário (CEU)** / Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2014.

UFU, Universidade Federal de Uberlândia. **Plano Institucional de Desenvolvimento e Expansão da UFU (PIDE) 2016-2021** / Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 2016, 199 p.

UFU, Universidade Federal de Uberlândia. **Resolução nº 06/2016, do Conselho Universitário (DIESU)** / Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 2016.

Publisher

Universidade Federal de Goiás. Faculdade de Educação Física e Dança. Publicação no Portal de Periódicos UFG. As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da universidade.